

*Fronteira viva*¹

por Taniele Rui²,

Verbetes do dicionário alçados à epígrafe avisam: fronteira de tensão é uma fronteira viva. E fronteira viva é daquele tipo que é fruto do paulatino processo histórico, retraçada através de choques ou de lutas (muitas vezes, armadas). Não é visível em mapas; não há placas a indicar seus contornos; está longe de ser uma linha divisória, uma raia, um marco fixo, ou a representação do fim. Sobretudo, uma fronteira viva não está morta, portanto, não está tranquila; ao contrário, impregnada de incertezas, é constituída pelo desassossego – o nome íntimo do conflito.

O livro de Gabriel Feltran debruça-se, desde o título, sobre as *Fronteiras de tensão* entre *política e violência* que conectam e também separam as *periferias* da cidade de *São Paulo* e o mundo público. Levando ao paroxismo as sugestões do vocábulo, o autor mergulha profundamente na vida de moradores de Sapopemba, zona leste da metrópole, deixando-se guiar por uma rede de trajetórias que, em algum momento entre 2005 e 2010, passou pelo *Cedeca*, o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, situado no distrito, mediador e também protagonista desta investigação.

O hoje livro já foi um dia tese merecidamente agraciada pela Anpocs com o prêmio melhor tese de doutorado em ciências sociais de 2009. Três anos separam a publicação de um trabalho e de outro. Tempo suficiente para notar minúsculas, mas importantes mudanças tecidas ao longo do contato com redes de interlocução e de incessantes reflexões que, talhadas por elogiável escrita e por rara habilidade de tornar o mundo mais compreensível, conferem ao livro o privilégio de obrigatório.

O desafio perseguido é difícil: falar de *violência*, que é também o tema que recentemente marca a fala pública sobre as periferias urbanas, tentando escapar, página a página, das generalizações midiáticas e dos olhares externos que teimam em retratar tais territórios como marcados por homicídios, tráfico de drogas, assaltos e conflitos cotidianos com a polícia. Lançar outra perspectiva de observação é o que de fato importa.

Para fazê-lo, Feltran dá, primeiro, um passo atrás: recorda-nos de que nem sempre foi a partir da violência que se falou publicamente desses territórios. Basta

¹ Resenha do livro de Gabriel de Santis Feltran. *Fronteiras de Tensão: Política e Violência nas periferias de São Paulo*. SP: Editora Unesp: CEM: Cebrap, 2011.

² Doutora em Antropologia Social pela Unicamp.

remontar às décadas de 1970 e 1980, e a uma série de estudos acadêmicos – entre os quais o anterior dele³ se inclui – para lembrar que, quando se ia até às periferias, era para falar de política. Reduto da família operária alicerçada em torno da migração, do projeto de ascensão social coletivo, trabalho fabril e teologia católica, as periferias eram o lugar onde surgiam grupos de sindicalistas e para onde se deslocavam setores “de esquerda” das classes médias. Tais características chegaram a figurar, na cena pública, a “periferia trabalhadora” como *locus* de emergência dos chamados “novos movimentos sociais”. O autor nos relembra – e convém repetir porque não se pode correr o risco de esquecer – que nelas já se depositou, em boa parte, a promessa de democratização do país.

Aqui se nota uma importante contribuição do livro: ele atualiza empiricamente um cenário já tarimbado das ciências sociais e recoloca o debate. Mostra que, de então e em diante, muita coisa aconteceu: duas gerações nasceram e cresceram, os arranjos familiares se complexificaram, o país formalmente se democratizou, a infraestrutura urbana é visível, o acesso ao crédito, bem como às políticas sociais foi ampliado. No mesmo passo, a reestruturação produtiva flexibilizou e precarizou vínculos e direitos trabalhistas, a representação dos movimentos populares decresceu, o pentecostalismo ganhou espaço, fiéis e dinheiro, as políticas de encarceramento se acirraram, o *mundo do crime* se expandiu.

É nesse caldo efervescente de modificações sociais que um dos principais argumentos do autor ganha ponto de partida: a expansão do *mundo do crime* “*não pode ser compreendida exceto se captada analiticamente em sintonia a essas transformações, e a partir das relações que trava com as dinâmicas sociais consideradas legais e legítimas*”⁴. Tal afirmativa sintetiza outra de suas contribuições, dessa vez analítica: trata-se de apreender, com olhos muito atentos às transformações, **nexos e relações** entre instâncias legais e ilegais, legítimas e ilegítimas que, no cenário em tela, atravessam e são atravessadas ou, usando as palavras que o autor gosta mais, tencionam e são tensionadas pelo *mundo do crime*.

E já que se fala tanto deste, um cuidado com as definições. Expressão amplamente utilizada, *mundo do crime* designa, num primeiro momento, e a partir das perspectivas dos jovens e adolescentes das periferias, “*um conjunto de códigos sociais,*

³ Feltran, Gabriel. Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo. 1. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas (FFLCH/USP) / FAPESP, 2005.

⁴ Feltran, 2011, p.4.

*sociabilidades, relações objetivas e discursivas que se estabelecem, prioritariamente, no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos, dos assaltos e dos furtos*⁵. Num sentido, ela é bem menos que referência a esmo a qualquer tipo de atividade criminal e ilícita, em qualquer ambiente. Mas ela também pode ser mais que as perspectivas dos jovens e adolescentes destacadas, pois:

*“não se está no crime apenas quem pratica crimes; também compartilha com essa sociabilidade quem se relaciona diretamente com ele. Por isso, um menino envolvido já quer dizer muita gente envolvida, indiretamente (...); há a família, os amigos, outras instituições. O número se amplifica. Mas, além disso, está mais claro pra mim que o mundo do crime inclui uma forma de vida, códigos e uma concepção de mundo que entra na briga com tantas outras, e inclui mesmo uma parcela da população que não é diretamente implicada nos negócios da droga, dos roubos. Não se trata mais de algo residual”*⁶.

E se não é mais residual, urge pensar tal alargamento do léxico e da semântica do *crime* no tecido social local. Desse modo, ao argumentar por essa expansão, e ao reter cuidadosamente a expressão, o que está em jogo são dimensões políticas mais importantes do que o aumento de um *exército criminal de reserva*, bem como uma perspectiva analítica mais interessante do que o mero postulado do crescimento, em si mesmo, das atividades ilícitas nas periferias. O que vale são as relações e principalmente as fronteiras, sempre vivas, em disputa, que tal expansão redefine.

Durante o período observado pelo autor, este era o cenário delineado: de um lado da fronteira, internamente às periferias, se opera a partir da ampliação do marco discursivo do *crime* – como dito, especificamente entre a parcela mais pobre de sua população jovem, que situa o tráfico de drogas e o *crime* local como parte da comunidade, não seu oposto. E do outro lado da fronteira, retroalimentando o mesmo processo que a erige, retoma-se a criminalização das periferias urbanas e suas populações, no debate público e no senso comum.

Gabriel formula que tal processo de criminalização tende a se confrontar, na cena pública, com aquela outra figuração ideológica, um dia igualmente construída – a da “periferia trabalhadora”; numa disputa que, infelizmente, está bem longe de ser apenas abstrata. Cotidianamente, o conflito se dá pela necessidade de classificação de indivíduos e grupos moradores desses territórios, de modo a situá-los de um ou outro lado da fronteira, produzindo a representação de que há duas populações essencialmente distintas, em dois lados opostos da vida social: os *trabalhadores* e os *bandidos*.

⁵ Idem, p.19.

⁶ Idem, p.66.

Mas, abusando das expressões do autor, *acontecimentos que são assunto no mundo público são casos concretos em Sapopemba*. O longo caminho que persegue a hipótese de expansão do *mundo do crime* (a parte 1 do livro) é trilhado no esforço de desconstrução das identificações polares – e, portanto, insuficientes analiticamente – de *trabalhadores* e *bandidos* e, mais que tudo, é apontado pelo próprio mundo empírico, pelas histórias de muita gente.

Histórias como a de Pedro que foi *virando ladrão* e, depois de topar com a morte, fez o caminho de volta, de conversão: viu que era “*tudo ilusão*”.

Histórias também como a de seu Cláudio e dona Sílvia, pais de três filhos, que chegaram a Sapopemba quando era “*tudo mato*” e que viram o bairro se tornar *cidade*. Amparados num projeto de ascensão social a partir do trabalho, o casal se desdobrou para garantir um futuro melhor para todos – o que, em certa medida, aconteceu. A família até lidou com histórias de drogas e de conflito com a polícia durante a adolescência de um dos filhos, mas conseguiu passar por elas ao ponto de distanciar-se das experiências e dos códigos do *mundo do crime*. “*Classe média no horizonte, periferia na memória*”. “*Grande parte dos moradores de Sapopemba*”, nos conta Gabriel, “*vive assim*”.

Não é esse o caso de Maria, mãe de Jonatas, Michel e Robson, que por um tempo tentou investir só nos estudos dos filhos, mas a opção pelo trabalho, que enobrece, prevaleceu: primogênito, desde os 12 anos Jonatas trabalhou. Foi ele o primeiro a entrar *nas* drogas, o primeiro a entrar *pro crime*, o primeiro a ser preso, o primeiro a morrer aos 17 anos – ao que tudo indica assassinado por um policial. Na sequência, depois de trilhar semelhante caminho, quem morreu foi Robson, também aos 17, dessa vez por um acerto de contas do próprio *crime* – parece que ele não tinha *proceder*. Michel sobreviveu. Nessa trajetória familiar, brevemente sintetizada, o *crime* não permaneceu exterior à família, mas invadiu a casa e destruiu suas dinâmicas internas.

Há também casos, não de completa destruição, mas de coexistência. Deles dá mostra a história de Ivete e de seus oito filhos (três que *trabalham*, cinco que *dão trabalho*). Instigante, nessa trajetória familiar, é que são os filhos *trabalhadores* os que falam muito de si mesmos, salientando as resistências e as dificuldades que passam para se manter firmes no caminho *certo*. Problema de justificação invertido: são os filhos *trabalhadores* os obrigados a encontrarem justificativas para o fato de não terem optado pelo *crime*. Tal como mostra o autor, “*a necessidade recorrente de reafirmar seus*

*argumentos, e sofisticá-los progressivamente, apenas evidencia que a escolha oposta é firme o suficiente para demandá-los*⁷. Já os cinco integrantes da família que vivem no *mundo do crime* não falam muito. A validação de suas funções familiares é de outra ordem, sobretudo financeira.

Histórias resumidas aqui e que, como muitas outras, convivem no tempo e no espaço. Heterogêneas, revelam ora a coexistência, ora a disputa pela legitimidade de códigos e formas de vida. Ao entrar em contato com elas, o leitor compreende que aquilo que parecia oposto e estanque (a saber, o trabalho ou a família *versus* o crime) ganha em complexidade e densidade existencial; as fronteiras são mais fluídas, a vida bem mais complicada.

E é ao descrever tais emaranhados que o argumento do autor se clarifica, pois ele é, sobretudo, haurido do “saber local”: contemporaneamente, quem vive nas periferias **sabe** que *o mundo do crime* é um domínio com o qual, inexoravelmente, será preciso lidar, por meio de mais diversos arranjos (combater, coexistir, se afastar, passar, imergir). De um lado da fronteira, é assim que tal expansão opera.

Do outro lado, no mundo público, a fronteira é ausente de complexidade – há, sem negociação, *trabalhadores* e *bandidos* – o que pode ser dramaticamente pungente. Foi isso o que revelaram *os crimes de 2006* ou *os ataques do PCC*, na arguta análise do autor, ao fim dessa primeira parte. O Estado, na premissa de reagir, não foi nada seletivo: escolheu muitos daqueles que, pelos sinais diacríticos que carregavam, eram *naturalmente* suspeitos, *naturalmente* bandidos – o que faz emergir a dimensão política do problema: a morte desses jovens, *os suspeitos*, não foi lida como descalabro em uma ordem democrática. Muito pelo contrário, foram esses assassinatos que acalmaram a opinião pública e seus formuladores.

Ou seja, mais de duas décadas e o próprio funcionamento democrático parece ter incluído, como parte constitutiva de seu desenho normativo, o emprego de doses elevadas de violência, muitas vezes ilegal, para a construção das fronteiras de acesso a legitimidades. Quando isso acontece, não é de estranhar, então, que daquele outro lado da fronteira, a polícia já não tenha respeito nenhum, e que a legitimidade do *crime* seja um fato.

Touché. Argumento fundamentado, pesquisa sólida, análise original – e audaciosa. O livro poderia acabar por aí. Mas nada como um autor que não se dá por

⁷ *Idem*, p.153.

satisfeito e que, como bom analista político, sabe que onde há conflitos, há também mediações.

Inspirado por essa relação, Gabriel Feltran também percorrerá um longo caminho (a parte 2 do livro) para mostrar que a *expansão do mundo do crime* é coetânea com a *expansão da gestão social*. E o *Cedeca* (Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente) que atuava como porta de entrada e de passagem para as trajetórias observadas anteriormente, passa a ser foco de análise, na medida em que age exatamente na *fronteira de tensão* entre os códigos sociais da periferia e o código normativo do Estado democrático, na pauta exata dos direitos humanos. Vale dizer, entre os casos de violência vividos em Sapopemba e a responsabilidade estatal de zelar pela garantia de direitos.

Especialmente no caso dos adolescentes já julgados e condenados por algum *ato infracional* cometido, o *Cedeca* atua observando o cumprimento de *medidas sócio-educativas*. Como em muitas outras entidades do tipo, o adolescente deve passar, primeiro, pelo *atendimento* e, através da construção do *vínculo*, ser adentrado num fluxo de *encaminhamentos* que expandirá sua *rede de proteção*. O atendimento é, nesse sentido, idealmente dependente da ativação da *rede de proteção*, e ambos são dependentes de projetos de financiamentos públicos e privados. Na prática, há uma série de obstáculos, desde convencer os adolescentes que eles devem comparecer às atividades propostas, até conseguir um serviço disposto a acolhê-los (a escola, a saúde e o trabalho não querem os “LA” em suas atividades). A principal “saída” é produzir internamente uma espécie de simulacro da *rede de encaminhamentos* na própria dinâmica interna da entidade.

Tudo se complica porque, do outro lado, o *crime*, não só acolhe os adolescentes em suas atividades, e paga por seus serviços, como está presente em cada esquina. Nada que não possa piorar. O *Cedeca* é desprestigiado nas secretarias e o programa de atendimento de medidas sócio-educativas vive em crise, e, não contraditoriamente, em constante expansão. Além disso, se digladia internamente, cindido entre profissionais *técnicos* e *militantes*, entre seguir *convênios* ou *editais* públicos e fazer *ação política*. Num impasse, cria outra iniciativa: o *Centro de Direitos Humanos de Sapopemba (CDHS)*, conseqüência, portanto, da própria trajetória do *Cedeca* e dos limites à sua ação política.

Criação de nova entidade, surgimento de outra fronteira: o *Cedeca* prossegue com os *atendimentos*; o *CDHS* faz *política* – quando é que essas coisas se separaram,

não internamente, mas no mundo público, é o que convém indagar. Todo modo, a tensão volta em outros termos e agora está ligada às transformações mesmas do que devem ser os movimentos sociais, a ação social e, particularmente, a *gestão do social*.

É assim, porque falam ambas das relações entre política e violência, que a *expansão da gestão do social* coexiste com a *expansão do mundo do crime*. E é precisamente nessas perversas relações que se encontra também o que autor chama de “*sentidos políticos da violência*”. De um lado, a *violência massiva*, decorrente dos embates entre a violência do *crime* e a repressão ilegal. De outro, a *violência política*, o fim da possibilidade de representação política, especialmente dos setores jovens, no mundo público; trata-se da própria impossibilidade da fronteira seguir viva. Chegamos ao precipício.

Para não concluir a resenha com triste vaticínio, alguns breves comentários.

Um mistério da literatura sobre as periferias paulistas parece ser a pouca atenção que foi dada à violência, antes dos anos 1990. Difícil saber se ela não estava lá ou se a temática passou batida pelos pesquisadores, absortos que estavam em outras questões. Investigar a fundo esse período parece ser relevante para melhor entender a história recente desses territórios e, principalmente, para complexificar o passado. Nesse sentido, a hipótese de expansão do *mundo do crime*, nos termos aqui já salientados, é um primeiro impulso para volver o olhar para trás. E é também um estímulo para seguir em frente, acompanhando a série de novas transformações que redesenham as relações entre as periferias e o mundo público – as *mortes massivas* que voltaram a acontecer em 2012 são um indício contundente de que as fronteiras continuam em tensão.

Talvez, ainda, seja preciso explicitar porque não discorri sobre o PCC, a insígnia paulista do que aqui se chama *crime*. Em certa medida, porque também o PCC aparece pouco no livro, quase sempre para marcar acontecimentos locais, isto é, cotejando as trajetórias analisadas, conferindo inteligibilidade às experiências (algumas vezes, com informações que vieram *a posteriori*). É pequena a descrição do que ele é, dos seus códigos, de suas condutas internas, de sua força enquanto enunciado, de seu papel como instância de resolução de conflitos, das suas relações com o Estado, enfim, não recebe ainda a atenção que viria a ter em trabalhos futuros do autor – o que, a meu ver, revela principalmente o caráter pioneiro desta investigação e o fato de que, também a partir dela, um campo enorme foi aberto para ser desbravado, indagado, compreendido.

Por fim, é preciso sempre lembrar que um livro pode importar não só pelos argumentos principais, ou pelo que tem de inovador; às vezes, basta que, em qualquer

de suas páginas, se tenha a sensação de que “uma luz se fez”. Foi isso o que se deu comigo, na primeira vez que li *Fronteiras de Tensão*, ainda em formato de tese; especialmente quando li a trajetória de Seu Cláudio e de Dona Sílvia, que é, em muitos aspectos, semelhante a dos meus pais. Lendo-a, consegui dar inteligibilidade à minha própria trajetória, jamais formulada de tal modo por mim mesma. Foi também isso o que aconteceu a uma de minhas alunas que trabalhava como educadora de medidas em uma entidade semelhante ao *Cedeca*⁸. Ao ler sobre Pedro, estranhou pela primeira vez sua função (e duvidou da eficácia dela). Ao trazer sua experiência para a sala de aula, deixou claro que não há mais espaço para esperanças baratas.

Fronteiras vivas são continuamente delineadas por incidentes e conflitos, e até mesmo por muitas histórias.

⁸ Sou professora do curso de especialização “Psicossociologia da Juventude e políticas públicas”, oferecido pela Faculdade Escola de Sociologia e Política de São Paulo.